

M. Marta Costa Ciccone

Professora Titular de  
Fonoaudiologia da UNESA/RJ;  
Orientadora Pedagógica do  
COAPP/INES;  
Fonoaudióloga e,  
Psicanalista.

## Algumas considerações gerais sobre bilingüismo(s) na área da surdez

**A**o que tem parecido, o termo bilingüismo pode sugerir diferentes vias de discussão, ou defesa, para diversificadas perspectivas político-educacionais na área da surdez e, assim, sempre se faz oportuno saber a que tipo de bilingüismo terá sido feita tal menção. Dentre outros, aquele que tem defendido programações onde se incluíam Língua de Sinais e oralização? Tipo de bilingüismo esse, aliás, que gera certa confusão entre o que sejam aquisição de linguagem e aprendizado de

segunda língua (L2), porquanto o que se conhece por oralização pressupõe uma estruturação de linguagem a ser feita, exclusivamente, através da língua oral falada por ouvintes. Não obstante a isso, no pior dos casos, nesse tipo de bilingüismo fica sob suspeita um possível desmerecimento da real legitimidade de quaisquer das línguas de sinais pelas quais surdos/as podem adquirir a linguagem de modo natural.

Por outro lado, estará o mesmo termo bilingüismo se refe-

rindo ao uso da LIBRAS e do português — vistas ambas como línguas constitutivamente indissociáveis de culturas diversas entre si — objetivando um bilingüismo com biculturalismo? Ou aquele que preconiza a prática da LIBRAS como L1 (primeira língua) mais a do português escrito como L2 (segunda língua) como atualmente tenho preferido trabalhar? (Especialmente, considerando o fato de que nem toda pessoa surda consegue ser oralizada, por vários motivos). Ou, ainda, ao tipo de bilingüismo que postula o uso da LIBRAS como língua da cultura de uma minoria surda, com o português escrito tomado como L1 ou língua instrumental para fins específicos e, portanto, sem caráter integrativo? (Isto é, ao que tudo indica, tipo de bilingüismo de pretensão monocultural).

Na verdade, em quaisquer destes e demais tipos de bilingüismo estarão subjacentes os entendimentos específicos acerca do que sejam usos de uma língua. Nesse sentido, traço considerações gerais acerca de aspectos nodais implícitos numa tal noção, por considerá-los os mais cruciais nesse campo. Ao fazê-lo, estou ciente que isso se constitui numa expressiva dose de ousadia da minha parte, tendo em vista o curto espaço de fala de que disponho nesta ocasião.

**“Não obstante a isso, no pior dos casos, nesse tipo de bilingüismo fica sob suspeita um possível desmerecimento da real legitimidade de quaisquer das línguas de sinais pelas quais surdos/as podem adquirir a linguagem de modo natural.”**

Estarei me guiando por uma ótica de cunho dialógico bakhtiniano [ABBUD (1995); BAKHTIN, (1929)1998], com viés sócio-histórico [WERSCHT (1991); MOITA LOPES (1998)], quando posiciono o discurso como modo de ação no mundo e o significado como não sendo fixo em quaisquer línguas [ARONOWITZ e GIROUX (1991)].

no mínimo, com o que se tem na Suíça, onde uma população inteira convive muito bem com quatro diferentes línguas, todas elas nacionais [Elgin (1984)] e então: qual dessas tantas línguas estaria (pré)determinando a cultura sueca?. Além disso, igualmente ensejava a conclusão inaceitável de que ensinamentos de L2 seriam impossíveis — porquanto

***“Isso se dá na justa medida em que mesmo em qualquer grupalidade social cada participante é sempre atravessado por características múltiplas e variadas.”***

Levando em conta que na área da surdez têm havido diferentes visões acerca de usos da LIBRAS e do português como dito acima, a questão preliminar é a de que ao final da década de 60 o mundo viveu sob a influência da versão radical de uma idéia então conhecida como “hipótese Sapir-Whorf” [WHORF (1971)]. Ou seja, na época, se acreditava que uma leitura do mundo seria inapelavelmente determinada por uma respectiva língua nativa.

No entanto, também é verdadeiro que tal crença logo se tornaria difícil tanto de ser aceita, quanto de ser comprovada. Dentre outras razões, porque essa crença entrava em discordância,

culturas não se ensinam — o que de fato nunca encontrou respaldo em qualquer país onde se viva.

Na verdade, a tal crença entrava em sintonia com estudos antropológicos que, na mencionada ocasião, ainda lidavam com um conceito muito vago sobre o que fosse cultura se contentando tão somente em destacar além do idioma, usos de artefatos, costumes e outros valores do gênero [ABBUD (1995)] em populações ditas nacionais. Ou seja, hoje já se alcançou uma noção mais fecunda, vista qualquer cultura como complexo território social em perene transformação, onde convivem diferentes pessoas e diferentes grupos que (com)par-

tilham disputas na construção de significados [ABBUD (*ib.*)] inclusive por meio de usos desta ou daquela língua [FAIRCLOUGH (1992); MOITA LOPES (1998)]. Por conseguinte, arena social complexa onde então não fica viável cogitar sobre coletividades estruturalmente estáticas e apartadas, até mesmo da parte de sujeitos socialmente oprimidos como os da classe operária, ou surdos e surdas falantes de línguas de sinais, ou negros e negras, ou gays, ou idosos e idosas etc [RUTHERFORD (1990)]. Isso se dá na justa medida em que mesmo em qualquer grupalidade social cada participante é sempre atravessado por características múltiplas e variadas. Por exemplo, o que pode ocorrer no caso de um sujeito surdo, falante de LIBRAS que é ao mesmo tempo negro e gay, ser também idoso e ainda membro da classe operária, entre tantas outras possibilidades?

De fato, igualmente em virtude de atravessamentos múltiplos da monta destes últimos, já se tem podido tomar alguma distância de embates incipientes a propósito de práticas sociais desta ou daquela língua e, por conseguinte, também sobre o que sejam construções identitárias. Ou, como faz ver Rutherford (1990, p.24):

*“[Na atualidade] uma cisão em nossa relação com o mundo exterior tem sido marcada por rupturas em nossa própria relação para*

*conosco. [Em usos de qualquer língua] nossas buscas por identidade, por um senso de coerência e inteligibilidade pessoal, centram-se num limiar entre interior e exterior, entre o si próprio e o outro” (tradução desta autora).*

Questões como estas todas começaram a ser melhor percebidas na década de 70, a partir de posicionamentos pós-estruturalistas como os de Derrida, Lacan, Foucault, entre outros/as, quando também se inaugurou o que hoje se conhece como politização de subjetividades e de identidades, bem como por processos intervenientes numa tal politização [HALL (1998)]. Isto é, através de uma ótica pós-estruturalista se partiu para a defesa de dimensões subjetivas e objetivas em construções identitárias, não mais importando práxis exclusivas desta ou daquela língua. De fato, (re)conceptualizações como essas passaram a servir a diversos movimentos de cunho político-cultural, ao serem questionadas distinções entre dentro/fora e privado/público. Tal qual o que começou a ocorrer com as mais variadas raças que, como faz ver Hall (*ib.*), desde então foram percebidas não mais como meras

**“...tais pessoas surdas já têm sido inclusive responsáveis pela conquista de umas poucas oportunidades sociais em justas reivindicações que comungam com as demais, sendo que tais vitórias parecem ser marcos importantes em nosso próprio país.”**

condições biologizadas e genéticas, ou mesmo como produtos predeterminados por este ou aquele idioma e/ou por esta ou aquela cultura. Em cada uma das raças ficam à mostra conjuntos frouxos de características (formato de olhos, cor de pele, textura dos cabelos etc.) vistos agora como marcas simbólicas permeadas por outras, de natureza múltipla e das mais diversas. Assim, analogamente as (re)leituras como essas últimas, terminaram por ficar possíveis de (re)pensar a surdez também como marca simbólica, a qual atravessa com outras marcas em diferentes pessoas surdas — negras, idosas, gays etc.

De qualquer modo, tais pessoas surdas já têm sido inclusive responsáveis pela conquista de umas poucas oportunidades sociais em justas reivindicações que comungam com as demais, sendo que tais vitórias parecem ser marcos importantes em nosso

próprio país. Essa importância se explica porque, muito provavelmente, essas poucas conquistas iniciais podem ensejar fértil abertura para trocas interpessoais entre surdos/as e usuários/as de LIBRAS e ouvintes, sem que, necessariamente, se apaguem suas variadas marcas simbólicas, em indispensáveis negociações a serem mutuamente partilhadas na complexa cultura brasileira em que todos/as vivemos, nesta modernidade tardia.

Hoje só por meio de politizações identitárias (em suas dimensões subjetiva e objetiva) se podem alcançar emancipações de ações, de falas e de vozes (não-laríngeas) capazes de se fazerem “ouvir” em variados contextos e em situações particulares sempre diversificadas. Ou seja, ações, falas e vozes (não-laríngeas), que desde sempre possam promover contínuas atualizações discursivas na construção de significados sócio-

culturais postos em circulação. Aliás, isso tem a ver com a questão crucial de que, em nosso multidimensionado mundo atual, já não mais se estabelecem certezas, ou como se descartam imponderáveis, em usos de qualquer língua. Ou, como observam Hall (1998) e Bhabha (1998), em nosso mundo globalizado pós-moderno quaisquer espécies de posicionamentos que envolvam pessoas, ou grupos *diferentes*, já não podem eliminar de vez um necessário enfrentamento para com inco-

mensurabilidades próprias de situações e condições inusitadas.

Assim, especialmente considerada uma (re)visão crítica acerca de posicionamentos político-educacionais que estarão norteando diversificados tipos de bilingüismo na área da surdez; e, mesmo tendo tratado com brevidade as questões abordadas neste texto, talvez fique oportuno terminá-lo colocando em destaque a necessidade de se continuarem incrementando estudos e pesquisas. Porém, estudos e

pesquisas que, por caminhos multidisciplinares, permitam que se construam e mesmo se reconstruam propostas político-educacionais bilíngües que sejam flexíveis e abertas, de tal forma que tanto reconheçam, quanto possam suportar e acolher alteridades, multiplicidades e *diferenças*, na educação especial de surdos/as brasileiros/as.

## Referências Bibliográficas

- ARONOWITZ S. e GIROUX, X. *Postmodern education*. Minneapolis: University of Minneapolis, 1991.
- ABBUD, S. M. B. *The Issue of Culture in Brazil: Na Ethnographic Investigation. PhD Thesis: University of London*, 1955.
- BAKHTIN, M. [1929] *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. S. Paulo: Hucitec, 1997.
- BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. B. Horizonte: UFMG, 1998.
- ELGIN, S. H. *Que é lingüística?* Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.
- MOITA LOPES, L. P. Discursos de identidade em sala de aula de leitura de L1: a construção da diferença. In: I. Signorini (org) *Língua(gem) e Identidade*. Campinas: Mercado de Letras, p. (303-332), 1998.
- RUTHERFORD, J. *A Place Called Home: Identity and the Cultural Politics of Difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.
- WERSCHT, J. *Voices of the mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- WHORF, B. L. *Language, pensamiento y realidad*. Barcelona: Barral, 1971.